

JOSÉ ALMAÇA, PRESIDENTE DO INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL

Potenciar o equilíbrio do mercado e a proteção do investidor

ÉIS UMA DAS PEDRAS BASILARES PARA AS AUTORIDADES DE SUPERVISÃO DO SETOR FINANCEIRO. À **FUNDS PEOPLE**, JOSÉ ALMAÇA FALOU DE TEMAS COMO A POUPANÇA DE LONGO PRAZO E A COOPERAÇÃO ENTRE REGULADORES


A sustentabilidade dos sistemas de pensões é um assunto cada vez mais debatido. Qual o papel do ISP neste âmbito?

Na perspetiva de uma autoridade de supervisão, a melhor forma de garantir que os sistemas que estão sob o respetivo âmbito de intervenção podem contribuir efetivamente como reforço, complemento ou mesmo, em alguns casos, alternativa, às respostas dos sistemas públicos de pensões, consistirá no exercício eficaz das competências que lhe estão atribuídas nesta matéria. Ao ISP estão cometidas relevantes competências no domínio da regulação e supervisão do setor segurador e dos fundos de pensões, que pretendem assegurar não apenas a solidez financeira dos operadores e veículos, mas igualmente o cumprimento de elevadas regras de conduta no relacionamento com os participantes e beneficiários. Importa também sublinhar a participação ativa do ISP no contexto de processos regulatórios a nível europeu que visam garantir que as pensões são adequadas, seguras e sustentáveis processos esses que, cada vez mais, condicionam o desenvolvimento dos sistemas de pensões privadas ao nível nacional, designadamente no âmbito da discussão da revisão da Diretiva relativa às atividades e à supervisão das instituições de realização de planos de pensões profissionais e dos trabalhos em curso em sede da Autori-

dade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA).

Qual o papel desempenhado pelos produtos poupança reforma (PPR) como complemento de reforma e como avalia a sua evolução recente?

Os Planos de Poupança Reforma (PPR) são produtos vocacionados para a poupança de médio e longo prazo, que assumem um papel relevante na constituição de complementos de reforma. As alterações no sistema de Segurança Social, bem como a importância da manutenção do nível de vida após a idade de aposentação, têm reforçado a expansão destes produtos de poupança privada que contribuem para o desenvolvimento do terceiro pilar de proteção social. Apesar da quebra generalizada do rendimento disponível das famílias e das alterações ao quadro fiscal aplicável, os PPR têm apresentado um crescimento sustentado nos últimos dois anos, continuando a destacar-se como um produto de referência na poupança de médio e longo prazo (com um total de responsabilidades de 13,2 mil milhões de euros em junho de 2014). Refira-se que, não obstante a alteração introduzida à lei que prevê a possibilidade do reembolso dos PPR para pagamento de prestações de crédito para aquisição de habitação, verifica-se que os referidos reembolsos continuam a não se revelar materiais no total das responsabilidades destes produtos (cerca de 0,06%). ▶

A portrait of José Almaça, a middle-aged man with dark hair, wearing a dark suit, white shirt, and a red patterned tie. He is standing in front of a large window that looks out onto a cityscape. The lighting is soft, coming from the window behind him.

José Almaça, assumiu a liderança do ISP em setembro de 2012. Professor Catedrático na área de Estratégia Empresarial, é doutorado em Ciências Económicas e Empresariais pela Universidade Autónoma de Madrid.

“ Os PPR
têm apresentado
um crescimento
sustentado
**nos últimos
dois anos**
”

“

Responder aos desafios
passa pela prossecução
das atribuições e pelo
exercício eficaz das
**competências
atribuídas
ao ISP**”

E sobre os unit-linked?

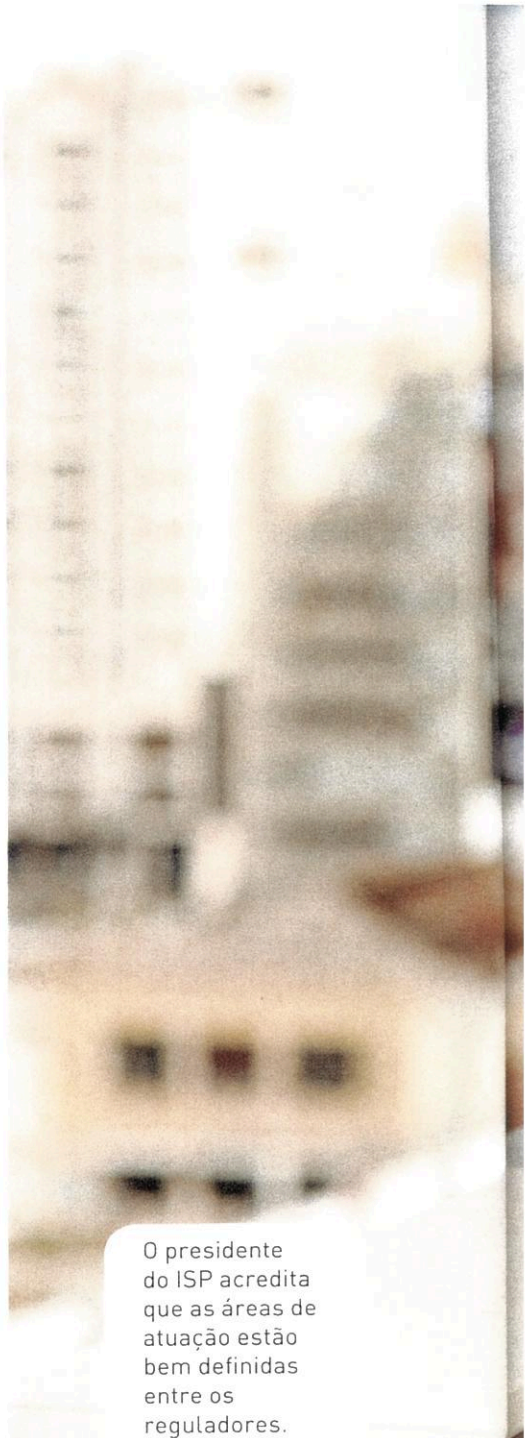
Os unit-linked são contratos de seguro ligados a fundos de investimento. A sua evolução, condicionada pela evolução do rendimento disponível das famílias mas, igualmente, pela estratégia comercial da bancassurance, tem-se mantido estável nos últimos anos. Fazendo parte de um leque de produtos destinados à poupança de longo prazo como os PPR ou os seguros de poupança tradicionais, os unit-linked estão associados a rendimentos variáveis. São, por isso, uma opção de investimento em que é bom ter presente que o risco do investimento é do cliente e não de quem os comercializa.

Como é efetuada a articulação entre os supervisores do setor financeiro?

As áreas de atuação estão bem definidas, tanto sob o ponto de vista da supervisão prudencial como da comportamental. Apenas quando existem questões transversais tratamo-las no âmbito do CNSF - Conselho Nacional de Supervisores Financeiros - do qual fazem parte os três supervisores financeiros, ISP, CMVM e Banco de Portugal.

Como veem essa articulação/cooperação tendo em vista a proteção do investidor?

Um dos objetivos da cooperação entre as autoridades de supervisão do setor financeiro é potenciar o equilíbrio do mercado e a proteção do consumidor, designadamente de produtos financeiros, assegurando uma colaboração adequada e prevenindo situações que afetem os mercados.



O presidente do ISP acredita que as áreas de atuação estão bem definidas entre os reguladores.

A celebração de um contrato de seguro, designadamente do ramo Vida, obriga ao fornecimento de informação pormenorizada ao tomador de seguro. Relativamente aos produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro, estão estabelecidas regras especiais de prestação de informação, existindo ainda deveres informativos que são regulados pela CMVM.

No que se refere à carteira de ativos representativos das provisões técnicas das empresas de seguros, cada empresa de seguros deve definir políticas de investimento baseadas em regras e procedimentos que



um gestor sensato, prudente e conhecedor aplicaria no sentido de prosseguir uma gestão no exclusivo interesse dos segurados e dos beneficiários. Adicionalmente, está definido em normativo emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal um conjunto de regras relativas à natureza dos ativos, aos limites de diversificação e dispersão prudenciais e aos princípios gerais de congruência desses ativos, bem como a enunciação de um conjunto de princípios a seguir pelas empresas de seguros na definição, implementação e controlo das políticas de investimento.

O ISP aparece no selo das entidades que supervisiona como sendo um regulador aberto ao diálogo e que atua com alguma celeridade. O que lhe parece esta apreciação?

Não seria correto da minha parte fazer esse juízo de valor sobre a forma como nos relacionamos com o mercado. Seguramente que os beneficiários da nossa atuação estão em melhores condições para o fazer. Mas devo dizer que fico muito satisfeito em saber que se é essa a mensagem que passa, então o empenho e dedicação naquilo que fazemos está a dar resultados.